

32º Encontro Anual da Anpocs

GT 30: Pensamento Social no Brasil

Coordenadores: André Pereira Botelho (UFRJ) e Lilia Katri Moritz Schwacz (USP)

**A SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA:
PERSPECTIVAS COMPARADAS**

Antonio da Silveira Brasil Junior

(Doutorando em Sociologia pelo PPGSA / IFCS / UFRJ)

Em linhas gerais, pode-se dizer que, a despeito de sua variedade, as diferentes sociologias dos anos 1950-1970 experimentaram uma considerável convergência temática em torno das questões substantivas da modernização e do desenvolvimento econômico, social e político. Muito embora tal convergência tenha se operado de modo desigual, mas combinado – haja vista o fato de que tal temática se espalhou não apenas pelos grandes centros de produção sociológica, mas também pelas sociologias “periféricas” e “emergentes” –, não se pode deixar de salientar que os frutos de tal convergência temática estiveram longe de ser homogêneos.

Este paper pretende analisar justamente de que modo se processou a “aclimação” intelectual da chamada *sociologia da modernização* – sobretudo aquela praticada nos Estados Unidos, país cuja sociologia assumira a dianteira da disciplina no imediato pós-guerra – pela *sociologia do desenvolvimento latino-americana*. Para tal, serão destacados, de maneira sucinta, as formulações do ítalo-argentino Gino Germani e do brasileiro Florestan Fernandes. Além da posição de destaque ocupado por cada qual em seus respectivos países no que se refere ao sentido assumido pela institucionalização da sociologia como disciplina acadêmica (Arruda, 1995; Blanco, 2006), ambos se notabilizaram igualmente pelas tentativas de avançar uma conceituação sociológica própria à dinâmica social latino-americana e sua experiência recalcitrante de modernização. A hipótese a ser sustentada neste trabalho é a de que a “aclimação” intelectual das premissas da *sociologia da modernização* operada por estes sociólogos localizados na “periferia” terminou por gerar resultados teóricos divergentes *vis-à-vis* as proposições daquela vertente teórica “central”.

I

No prefácio a *Democracia e desenvolvimento*, um de seus últimos livros, Florestan Fernandes assinala, retrospectivamente, um momento decisivo da história das ciências sociais brasileiras e latino-americanas:

A temática do desenvolvimentismo expandiu-se no Brasil de 1930 em diante. Mas foi a UNESCO e em seguida a CEPAL que tornaram o assunto obrigatório nas reflexões e nas investigações dos cientistas sociais. Já em 1960 fui ao México fazer parte de uma conferência sobre os aspectos sociais do desenvolvimento. Daí em diante, escrevi vários trabalhos, que foram da resistência à mudança e do subdesenvolvimento à dependência e à forma de capitalismo que se irradia a partir da dominação externa ou do imperialismo (Fernandes, 1994: 9).

Neste pequeno trecho, Fernandes alinhava uma série de questões: (1) a fixação de uma temática comum aos sociólogos latino-americanos – o desenvolvimento como “assunto obrigatório”; (2) o peso do “influxo externo” para esta fixação, corporificado pela atuação institucional decisiva da UNESCO; (3) o adensamento das referências recíprocas entre as diferentes sociologias da região, exemplificada pela conferência proferida no México; e, por fim, (4) o próprio acúmulo intelectual do Autor, que reordenou continuamente o seu quadro de referência a fim de estabelecer uma teorização própria e original.

Este depoimento sintetiza as principais linhas de força que contribuíram para definir o *desenvolvimento* como uma questão proeminente durante as “décadas de 1960 e 1970”, quando atingiu o “clímax científico e político” (Idem, 1994: 10). Além disso, traz elementos que permitem perceber que a convergência dos sociólogos da região em torno dos efeitos e impasses do desenvolvimento não se deveu tão somente ao processo bem-sucedido de construção de instituições supranacionais destinadas à divulgação da temática – cabe lembrar, por exemplo, o papel inovador tanto do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) – mas sobretudo pelo esforço análogo de “aclimatação” intelectual das premissas da *sociologia da modernização* então em voga e altamente difundida pela América Latina. É o que se depreende do trecho no qual o Autor assinala a passagem de uma perspectiva ancorada na idéia de “resistência à mudança” aos temas da “dependência” e da “dominação externa” – como se sabe, a “teoria” da *dependência* foi, senão a principal, pelo menos a concepção mais difundida acerca da *sociologia do desenvolvimento latino-americana*.

Nesta direção, antes de passarmos à análise mais detida dos argumentos de Gino Germani e Florestan Fernandes, faz-se necessário esclarecer, rapidamente, em que consistia este “influxo externo” de teorias às quais os sociólogos da região tinham que necessariamente se referir. Afinal, o que caracterizava a *sociologia da modernização*, especialmente a praticada nos Estados Unidos?

II

A sociologia da modernização, que inclui autores como Bert Hoselitz, Robert Redfield, Seymour Lipset, Everett Hagen, Daniel Lerner, Wilbert Moore, Talcott Parsons, dentre outros, propunha-se a analisar, grosso modo, o desenvolvimento como *a passagem mais ou menos linear de uma sociedade tradicional a uma sociedade*

moderna e industrial. De acordo com Reinhard Bendix, um dos principais críticos desta tradição intelectual, a sociologia norte-americana do desenvolvimento possuía as seguintes características:

1. tratar as sociedades como “sistemas naturais”; 2. procurar “variáveis independentes” que – se inicialmente alteradas – causarão mudanças nas variáveis relacionadas mas dependentes no processo de transição de um tipo para o outro; 3. conceber a transição como uma tradição em declínio e uma modernidade em ascensão e, finalmente, 4. admitir que a mudança social consiste de um processo que é interno à mudança da sociedade (Bendix, 1996: 347).

Dito de outro modo, estas análises viam a sociedade como uma unidade sistêmica de variáveis interdependentes. Isto posto, a emergência de um fenômeno típico da sociedade “moderna” – o surgimento de unidades industriais, por exemplo – tenderia a gerar mudanças “compatíveis” em todas as demais esferas sociais – diferenciação do sistema político, urbanização, secularização, alfabetização, etc. Se, nos termos de Bendix, “tradição” e “modernidade” são vistos como tipos de estruturas sociais contrapostos, “pode ser lógico inferir que a transição de uma para outra é caracterizada por misturas de atributos de ambas, e através do tempo, por um declínio de atributos da primeira e um surgimento de atributos da segunda” (Idem, 1996: 351). Em suma, dada a contraposição dicotômica entre “tradição” e “modernidade”, uma premissa básica deste tipo de formulação sociológica seria a percepção de que *quanto maior for a presença de traços modernos, menor será a presença de elementos tradicionais (e vice-versa)*.

Um livro paradigmático desta vertente intelectual é *The passing of traditional society: modernizing the Middle East* (1958), de Daniel Lerner. Tendo como referente empírico seis países do Oriente Médio – Turquia, Líbano, Egito, Síria, Jordânia e Irã – e como quadro analítico uma teoria “sistêmica” da modernização, o Autor, através de uma série de variáveis (especialmente as taxas de urbanização, de alfabetização, de “participação” nos meios de comunicação e de participação política), analisa o maior ou menor avanço relativo da *modernização dos estilos de vida* em cada país. Definindo o estilo de vida moderno como “participativo”, caracterizado por um alto grau de “empatia”, isto é, a capacidade que um dado indivíduo possui de imaginar e de se identificar com “outros mundos possíveis”, para além dos seus valores ou tarefas cotidianas – o que implicaria, igualmente, uma maior aceitação da *mudança* como um valor positivo –, Lerner postula que, quando uma sociedade tradicional contém “muitos

indivíduos [que] apresentam um desvio nesta direção, logo uma transição está ocorrendo nesta sociedade“ (Lerner, 1958: 72).

O que permite ao Autor sustentar, em termos teóricos, tal proposição é sua hipótese de que a “empatia é mais *funcional* na sociedade Moderna do que na sociedade Tradicional” (Idem, 1958: 439, grifos do Autor) e que, além disto, a modernidade é um “todo consistente” (Idem, 1958: 439). Em seus termos:

We know that urbanization, industrialization, secularization, democratization, education, media participation do not occur in haphazard and unrelated fashion even though we often are obliged to study they singly. Our multiple correlations showed them to be so highly associated as to raise the questions whether some are genuinely independent factors at all – suggesting that perhaps they went together so regularly because, in some historical sense, they *had to go together* (Idem, 1958: 438, grifos do Autor).

Desta maneira, embora se concentrando nas transformações referidas à esfera da “personalidade” – a base empírica do estudo de Lerner é uma série de entrevistas destinadas à percepção do grau de “empatia” dos indivíduos no Oriente Médio –, o Autor justifica a análise em virtude de sua teoria “sistêmica” da modernização, na medida em que, em seus termos, aquele que está dotado de uma alta “empatia” “tende a se tornar também o consumidor monetário, o ouvinte de rádio e o votante” (Idem, 1958: 50). Em outras palavras, o surgimento de um índice de modernidade – neste caso, indivíduos com graus crescentes de “empatia” – tenderia a gerar, mais cedo ou mais tarde, todos os outros. Isto posto, já que as diferentes esferas da vida social moderna se transformariam de maneira associada, “a direção da mudança é a mesma em todo o Oriente Médio. Em qualquer lugar o desaparecimento dos modos de vida tradicionais é visível; a tendência secular se processa em direção à mobilidade – mobilidade física, social e psíquica” (Idem, 1958: 83). De modo análogo, o ritmo da mudança seria “função (provavelmente uma função linear) do número de indivíduos que se acumulam no estrato transicional. Quanto mais pessoas se “tornam modernas” em um dado país, maior é a sua performance geral nos índices da modernidade” (Ibidem)¹.

Não obstante Daniel Lerner faça a ressalva de que a sua análise não é “etnocêntrica”, ele termina por imputar à seqüência histórica do desenvolvimento

¹ Vale a pena apresentar o quadro de Daniel Lerner a respeito da coerência sistêmica subjacente aos “índices de modernidade”. Através da compilação de dados referentes a 54 países diferentes, assinala os coeficientes de correlação múltipla de cada variável (isto é, o seu grau de associação sistêmica): “Urbanization: 0.61; Literacy: 0.91; Media Participation: 0.84; Political Participation: 0.82” (Lerner, 1958: 63).

ocidental uma validade universal. Assim como nos países avançados do Ocidente os “índices” de modernidade conheceram uma expansão contínua e associada, o mesmo poderia ser esperado (ainda que com algumas “deformações”) nas demais regiões em “movimento”:

This observational standpoint implies no ethnocentrism. As we shall show, the Western model of modernization exhibits certain components and sequences whose relevance is global. Everywhere, for example, increasing urbanization has tended to raise literacy; rising literacy has tended to increase media exposure; increasing media exposure has “gone with” wider economic participation (per capita income) and political participation (voting). The model evolved in the West is an historical fact. That the same basic model reappears in virtually all modernizing societies on all continents of the world, regardless of variations in race, color, creed (...) (Idem, 1958: 46).

Em suma, análises como as de Lerner têm como corolário, portanto, a atribuição de um sentido comum aos diversos processos de modernização – *o ponto de chegada* seria sempre a “sociedade participante”, uma sociedade de caráter móvel, aberto e democrático. Haveria uma “logicidade” nas relações entre as partes constituintes da sociedade moderna, uma coerência funcional e significativa em si mesma. Como pondera Bendix, “apenas nestas hipóteses é razoável ignorar o *timing* e a seqüência de modernização dos países em seus vários e distintos aspectos” (Bendix, 1996: 351), ou seja, a crença na “sistematicidade” do moderno implica, ao fim e ao cabo, a própria irrelevância das trajetórias históricas particulares, uma vez que a modernização tenderia a homogeneizar, a longo prazo, todas as sociedades. Dito de outro modo, um *leitmotiv* da *sociologia da modernização* é a idéia de que, uma vez iniciado o processo de transição, *os princípios modernos se expandiram cada vez mais até redesenharem a totalidade do sistema social*, a despeito dos diferentes pontos de partida particulares.

Diante do exposto acima, uma pergunta se impõe: como foi possível a Lerner fazer esta difícil interação entre os elementos empíricos e analíticos de sua pesquisa? De que modo esta concepção demasiado “ordeira” e “linear” de interpretar o “caos” do Oriente Médio em modernização (Lerner, 1958: 45) garantia o seu atrito com a realidade – ou, noutros termos, sua verossimilhança? É digno de nota que, numa reavaliação retrospectiva, o Autor reconhece, passados quinze anos do início de sua pesquisa, que a “modernização, tal como se apresenta agora, é mais difícil do que supomos” (Idem, 1958: vii). Até mesmo a Turquia, país que, segundo a pesquisa,

apresentava os índices mais balanceados de modernização, sofrera “dois golpes militares recentes” (Idem, 1958: viii), problematizando o seu “otimismo não-qualificado a respeito da estabilidade republicana da Turquia” (Ibidem). Ainda assim, mesmo com estes exemplos de que o crescimento auto-sustentado do “moderno” é questionável no Oriente Médio, o Autor mantém a sua perspectiva de que a “modernização *requer* uma transformação sistêmica dos estilos de vida” (Ibidem, grifos nossos).

Fazendo um paralelo com as sugestões de Antonio Candido (2000) sobre as relações entre literatura e sociedade, propõe-se que também no âmbito da teoria sociológica o elemento social, histórico ou contextual atua *internamente* como um dos elementos constitutivos da própria *estruturação* dos conceitos, e não como um simples dado externo. Isto posto, uma hipótese deste trabalho é que, em obras como as de Daniel Lerner, o que garante a verossimilhança de sua articulação entre os elementos empíricos e analíticos é a *incorporação, em nível formal, de uma experiência social determinada*, a saber, uma sociedade cujo chão histórico é o de uma “modernização” ou “revolução burguesa” clássica. As experiências “clássicas” de transformação capitalista são aquelas nas quais os princípios modernos lograram redesenhar o conjunto do tecido social, universalizando o que Florestan Fernandes denominou de “ordem social competitiva” – o acesso às fontes da riqueza, do poder e do prestígio social estaria aberto a todos, em que pese a existência de desigualdades reais. *Neste sentido, a idéia de que os elementos “modernos” formam sistema – isto é, estariam funcionalmente integrados entre si – é um princípio que não apenas organizaria um processo social específico mas a própria urdidura analítica dos conceitos sociológicos.* Daí o ponto de apoio decisivo (a verossimilhança) que Lerner necessitava para fazer a “comunicação” improvável e muitas vezes contra-intuitiva entre a recalcitrante experiência de mudança social no Oriente Médio e a atribuição de “sistematicidade” ao moderno em movimento. Os elementos arcaicos e autoritários, neste passo, não acarretariam senão “desvios” ou “deformações” temporárias, sendo incapazes de fazer frente à dinâmica inexorável da modernização. A expansão contínua do moderno, ou pelo menos a “promessa” de sua futura realização, é o princípio que subjaz toda a interpretação sociológica de *The passing of a traditional society*.

III

As formulações da *sociologia da modernização norte-americana* ganharam rápida e profunda difusão pela América Latina. Afinal, nem podia ser diferente, posto

que as sociologias “emergentes” da região não poderiam se furtar ao confronto e à absorção do debate teórico produzido pela sociologia mais influente e prestigiada do pós-guerra. É claro que houve tentativas que pretenderam negar a produtividade da incorporação deste “influxo externo”, mas as tendências dominantes buscaram continuamente a atualização e a “desprovincianização” de seus esquemas interpretativos. Um exemplo da rotinização deste tipo de formulação é, para além das inúmeras traduções, a publicação de vários artigos na revista do CLAPCS de alguns dos mais importantes autores daquela vertente teórica. Na edição de outubro-dezembro de 1963 de *América Latina*, foi publicado o artigo “El Cambio Social y los Estudios Comparados”, Wilbert E. Moore. Na edição seguinte, de janeiro-março de 1964, foram publicados os artigos “La Estratificación Social y el Desarrollo Económico”, de Bert F. Hoselitz, e “Problemas de la Investigación en el Análisis Comparado de la Movilidad y el Desarrollo”, de Seymour M. Lipset.

Neste sentido, as tentativas de interpretação sociológica da dinâmica latino-americana de modernização teriam de lidar, necessariamente, com um conjunto de pressuposições já formalizadas e articuladas pelas sociologias “centrais”. Tornara-se premente, pois, um acerto de contas crítico e construtivo como este permanente “influxo externo” de argumentos e teorias. As tentativas para tal foram muitas, sendo algumas mais e outras menos bem-sucedidas. A “aclimatação” intelectual da sociologia da modernização por parte dos sociólogos latino-americanos produziu resultados teóricos divergentes na medida em que um determinado conjunto de autores resolveu enfrentar, cada qual a seu modo, mas dialogando entre si, os problemas acarretados pela incorporação das componentes históricas próprias à realidade latino-americana na teorização do desenvolvimento. Em particular, defrontaram-se com as dificuldades engendradas pela noção de que os elementos modernos se articulam de modo “sistêmico” quando se tem em vista um quadro histórico dotado de outros pressupostos sociais. Não por acaso, especialmente em seus primeiros passos, a sociologia do desenvolvimento na América Latina terminou por fraturar tanto espacialmente quanto temporalmente a apreensão cognitiva da realidade social. Em *Os dois brasis*, por exemplo, Jacques Lambert, em nome do compromisso com uma visão “sistêmica”, divide a sociedade brasileira em duas:

Entre o velho Brasil e o novo existem séculos de distância; no correr dos anos a diferença dos ritmos de evolução ocasionou a formação de duas sociedades, diferentes porque não são contemporâneas (...). Existem dois países, entre os quais é difícil distinguir o verdadeiro; na

fazenda do interior, o homem do campo trabalha de enxada e transporta uma colheita insignificante em carroças rangentes que precisam ser puxadas por três ou quatro juntas de bois, porque a roda maciça não gira sobre o eixo; na cidade de São Paulo, a cada hora termina-se um prédio e, para sustentar um arranha-céu muito pesado que começa a inclinar-se congela-se o solo (Lambert, 1996: 105).

Em outras palavras, a coerência “sistêmica” dos elementos modernos só pode entrar na análise porque os elementos arcaicos são vistos em relação de alteridade e de exterioridade. Uma visão mais refinada desta “fratura” cognitiva se encontra na noção de “demora cultural”, bastante comum nos anos 1950. Apesar de salientar a coexistência destes elementos, esta noção joga para um futuro mais ou menos indeterminado a promessa de que os traços modernos vão se recombinar de forma coerente e articulada – mantendo assim o princípio de sua “sistematicidade”. Afinal, o termo “demora” já coloca quase de imediato uma latente “sincronicidade” a ser atingida pelo sistema social como um todo. Assim, na melhor das hipóteses, análises “dualistas”, como é o caso da de Lambert e diversos outros², por não lograrem estabelecer um princípio explicativo capaz de *articular* estas duas “sociedades” justapostas num mesmo país, invariavelmente apostam que o dinamismo do próprio sistema social em transformação irá amalgamá-las sob a hegemonia do moderno. Como salientou Paulo Arantes, esta primeira “aclimatação” da sociologia da modernização norte-americana se superpôs a uma já longa tradição interpretativa que reforçava o senso de contrastes “duais” típico da experiência intelectual “periférica” (Arantes, 1992: 26). Contudo, em vez do mal-estar da ambivalência, estas formulações compensavam a falta de um nexo interno entre o moderno e o arcaico através da perspectiva de “modernização integral deste último”, mas “sem dialética que pusesse em movimento as oposições apenas justapostas” (Idem, 1992: 27).

O preço a pagar pela coerência com os modelos explicativos de uma modernidade “sistêmica” foi a falta de vigor explicativo. Posto que, na “periferia”, ao contrário do que ocorria no “centro”, a articulação dos elementos modernos não fazia “sistema”, mas se combinava de maneira mais ou menos heteróclita com elementos

² “Aliás não foi pequena a contribuição dos autores franceses para a difusão desta imagem dúplice de nossa identidade. Primeiro Lévi-Strauss, a propósito do envelhecimento precoce das cidades brasileiras, depois Lucien Febvre, observando a superposição de diversas idades históricas num só país. A seguir Roger Bastide, detendo-se ora na descrição dos contrastes, ora na crispação dos elementos antagonísticos, ora da harmonização dos contrários, mas foi sem dúvida Jacques Lambert quem cunhou o clichê mais duradouro de nossa civilização dividida em duas partes isoladas por um abismo de séculos, o país urbano numa metade, uma cultura arcaica, essencialmente rural, carregando ainda as marcas da Colônia e do Império” (Arantes, 1992: 24).

arcaicos, a idéia de que haveria uma forma universal de configuração da “modernidade” – ou, numa chave mais diacrônica, de que haveria etapas universais de “modernização” – perdia chão histórico e, logo, verossimilhança. Assim, *é o próprio processo social na “periferia” latino-americana que, sendo incapaz de se despir inteiramente de sua carga histórica (isto é, de seus elementos arcaicos, embora redefinidos pelas práticas modernas), desautoriza a abstração de suas especificidades*. Por esta razão, a suposta “universalidade” da perspectiva da sociologia da modernização – como vimos, *a formalização teórica de um processo social específico de revolução burguesa “clássica”* – passa a girar em falso na “periferia”, sobretudo quando se pretende trazer para o primeiro plano não a *fratura* mas a *integração*, no plano explicativo, entre as práticas arcaicas e modernas.

Neste passo, pode-se sugerir uma pista para o esclarecimento do papel bastante distinto que o recurso à história assume nestes dois contextos. Recorrendo-se mais uma vez ao estudo de Daniel Lerner, bem pesadas as taxas diferenciais de modernização em cada país do Oriente Médio, as *seqüências específicas* dos processos não ultrapassavam um nível meramente descritivo no plano da análise, pois não eram senão colorações locais de um processo inexorável e universal. Já em autores como Gino Germani e Florestan Fernandes – que analisaremos brevemente em seguida –, não obstante suas posições oscilem ao longo de suas obras, a explicação histórica se torna parte constitutiva do argumento sociológico. Em termos sintéticos, se no “centro” era possível uma sociologia praticamente “esvaziada” de concreção histórica, puramente “funcional”, na “periferia” a sociologia histórica significava muito mais que uma mera subdivisão disciplinar – era quase sua própria condição de possibilidade. A marcha recalitrante e ziguezagueante de uma revolução burguesa “não-clássica” tornava problemática a promessa de que a modernização associaria “sistemicamente”, na América Latina, os elementos modernos, sobretudo os dois mais importantes: industrialização e democratização das relações sociais.

IV

Em diversas momentos de sua obra, Gino Germani conjuga de modo relativamente tensionado o compromisso com uma visão “sistêmica” da “modernidade” – ou do sistema industrial, termo que preferia – e a abertura explicativa às especificidades históricas latino-americanas. Isso fico exposto de modo claro em *Sociología de la modernización*, quando o Autor salienta ao mesmo tempo a

produtividade de uma definição global e inclusiva para o termo “sociedade industrial” – os aspectos convergentes do processo de modernização – e a importância de uma sensibilidade fina às suas variações e complexificações locais ou regionais – os aspectos divergentes. Vejamos, primeiro, como Germani conceitua os aspectos básicos da sociedade industrial sob a rubrica do termo “secularização”:

Por secularização entendemos um processo composto por três tipos de mudanças: a) mudança de estrutura normativa predominante que rege a ação social e as atitudes internalizadas correspondentes, predomínio ou extensão crescentes da ação *eletiva* e diminuição correlata do campo de aplicação da *ação prescritiva*; b) especialização crescente das instituições e aparecimento de sistemas valorativos específicos e relativamente autônomos para cada esfera institucional; c) institucionalização crescente da mudança (que supera a institucionalização do tradicional). O requisito universal mínimo para a existência de qualquer sociedade “industrial moderna” consiste na “secularização” do conhecimento científico, da tecnologia e da economia, de modo tal que levem ao emprego cada vez maior de fontes energéticas de alto potencial e à maximização da eficiência na produção de bens e serviços (Germani, 1974: 16).

A linguagem mobilizada por Germani, à primeira vista, parece ecoar quase diretamente o *mainstream* da sociologia da modernização. A “secularização” – isto é, a modernização – implicaria mudanças contínuas e concomitantes nas esferas social e institucional, marcando uma “modernidade” em ascensão e uma “tradição” em declínio. No entanto, apesar de reconhecer a existência de “um núcleo básico (se bem que genérico) de toda sociedade industrial”, acrescenta que é “necessário deixar uma margem para uma *ampla* gama de variações estruturais e culturais, isto é, para muitos tipos diversos de sociedade industrial” (Ibidem, grifos do Autor). Frente a este dilema de conjugar a “sistematização” e a “historicização” do moderno, o Autor assinala que “fica (...) ainda sem resposta satisfatória a questão que indaga se a futura evolução produzirá mais homogeneidade ou mais diversificação” (Ibidem).

Em suas análises dos processos de transição, Germani não se detém apenas na especificação dos variados ritmos e das assincronias invariavelmente presentes – num registro diferente, a abordagem de Lerner, por exemplo, também chamava a atenção para esta dimensão –, mas igualmente elege como princípio explicativo fundamental as *diferentes seqüências históricas*. Enquanto processo de *mudança estrutural*, indica o Autor, “a transição global (...) é um processo *acumulativo*, ao qual se incorporam, a cada momento, os *resultados* de seu curso anterior como fatores determinantes da orientação que adotará o processo em seu curso posterior” (Idem, 1972: 18, grifos do

Autor). Dito de outro modo, determinadas *seqüências* podem tornar certos cursos históricos mais prováveis que outros, afetando a própria natureza, sentido e intensidade do processo como um todo.

O exemplo paradigmático de Germani é o processo de integração social das classes populares e de sua mobilização para fins políticos. Enquanto que o aspecto gradual e secular de integração das classes populares na Europa teria favorecido, associado à presença de canais autônomos de representação (sindicatos livres e partidos operários), uma orientação democrática ao processo de industrialização, já a experiência vertiginosa e abrupta de deslocamento do meio rural para a participação política urbana por parte das classes populares na América Latina teria favorecido a “manipulação” destas massas em “disponibilidade” por elites com orientações autoritárias. Isto é: processos tardios e acelerados de industrialização tenderiam a favorecer modelos não-democráticos de integração das massas ao processo político. Deste modo, as trajetórias específicas de modernização não podem ser reduzidas a categorias residuais de análise, posto que permitem jogar luz em discrepâncias decisivas em relação ao “modelo ocidental”. No trecho abaixo, Germani mais uma vez conjuga de modo tenso a crença no caráter “sistêmico” dos processos de modernização e as possibilidades de baralhamento do mesmo através da explanação histórica:

Tal como demonstram as correlações estatísticas, que se observam usualmente entre eles [os processos de modernização], os principais processos e os sub-processos que os compõem estão relacionados entre si. Como bem se sabe, essas correlações estão longe de serem perfeitas e devem ser interpretadas como expressão da tendência de se associarem por parte de certos indicadores. Na realidade, o que se pode deduzir da experiência histórica é que os diversos subprocessos podem ocorrer com ritmos (ou taxas de mudança) muito diferentes e em diferentes *seqüências*. Diferenças em relação ao que se pode considerar como o “ponto de partida” da transição e nas diversas condições internas e internacionais nas quais ela (transição) ocorre, podem ser as responsáveis por essas variações em ritmos e seqüências (Ibidem, grifos do Autor).

Outra diferença crucial entre a proposta conceitual germaniana e abordagens como as de Daniel Lerner é o papel conferido aos fatores “exógenos” à unidade social considerada. Se, via de regra, a sociologia da modernização percebia a mudança social como um jogo “interno” de variáveis a cada país – como se o essencial da dinâmica de transformação pudesse ser derivado de um núcleo “endógeno” –, Germani, por sua vez, como expresso no trecho acima, imputa às “diversas condições internas e

internacionais” (Ibidem, grifos nossos) uma fonte de permanentes variações no sentido e na intensidade das mudanças. Nos seus termos, “o significado histórico do impacto externo é bastante óbvio, porém, com frequência, foi ignorado seu papel na acentuação da homogeneidade *entre* nações e, conseqüentemente, as discontinuidades *dentro* das mesmas” (Idem, 1972: 41). Em outras palavras, não é possível isolar as variáveis “endógenas” como explicativas em si mesmas de um dado processo de modernização, posto que “o impacto externo pode acelerar alguns processos componentes, ao mesmo tempo que não afeta, ou reduz, anula ou inverte a velocidade dos outros” (Ibidem). Exemplificando, Germani salienta que, na América Latina, a expansão econômica decorrente da vinculação da economia de exportação ao mercado mundial produziu um “efeito modernizador” cujas “repercussões sobre o resto da economia eram limitadas”, não exercendo “sobre a estrutura social um impacto de grande alcance” (Idem, 1972: 42), muito embora tenha acelerado a diferenciação e a secularização de algumas dimensões cruciais da esfera econômica e social. Outro fator “externo” relevante são as próprias transformações experimentadas pelas “sociedades que se desenvolveram e se modernizaram com anterioridade” (Idem, 1972: 27). De acordo com Germani:

Estas sociedades (especialmente nas nações “centrais” hegemônicas) servem como modelos de transição e, como tais, proporcionam fins alternativos capazes de serem adotados pelos grupos modernizadores das sociedades em desenvolvimento e, em forma geral, exercem o conhecido “efeito de demonstração”. Pode ser observado que esta é a forma em que se originam as diferentes *ideologias de desenvolvimento*. Estas ideologias podem chegar a converterem-se em poderosos fatores capazes de imprimir uma outra forma de transição (Ibidem, grifos do Autor).

Não obstante Gino Germani, em diversas passagens de sua obra, expresse a sua adesão a uma tipologia dicotômica de explicação das formas de transição, e, neste passo, defina uma lista de atributos caracterizadores da “tradição” e da “modernidade” como tipos contrapostos de estrutura social, vimos rapidamente que o Autor mantém igualmente uma sensibilidade fina às distintas seqüências históricas assumidas pelos casos concretos de modernização. Assim, o compromisso com uma visão “sistêmica”, isto é, a noção de que os elementos modernos tenderiam a se combinar independentemente do tempo e do espaço, é constantemente posto em xeque pelo papel muito mais tangencial que as contingências históricas *locais* e *internacionais* jogam no âmbito da análise – o que problematiza as interpretações correntes de sua obra que

visam a associá-lo quase sem mediações ao funcionalismo norte-americano (especialmente Talcott Parsons)³.

V

Uma tensão semelhante também anima as primeiras formulações de Florestan Fernandes. Em sua intervenção no *Seminário internacional “resistências à mudança”*, realizado no Rio de Janeiro em 1959, o Autor afirma que o *desenvolvimento* “se manifesta sempre que determinado sistema social sofra modificações relevantes para a realização do tipo social que lhe seja inerente ao para qual tenda de forma irreversível” (Fernandes, 1960: 221). No caso em questão, Fernandes discute os processos de emergência de uma “sociedade de classes”, termo que designa para descrever a ordem social típica da “modernidade”. Para o Autor, uma “sociedade de classes” se caracteriza fundamentalmente pelo caráter “aberto” no qual se funda a competição por riqueza, prestígio social e poder político – configurando, assim, uma *ordem social democrática*. Em seus termos:

Em conjunto, pois, à sociedade de classes é inerente um padrão de equilíbrio social instável. A continuidade da ordem social depende de mecanismos de mudança interna, que reajustem as partes do sistema social – estrutural, organizatória e moralmente – à capacidade conquistada pelas diferentes classes de participar (idealmente de modo equitativo) dos direitos e garantias sociais assegurados ao homem pela sociedade de classes (Idem, 1979b: 333).

À primeira vista, Fernandes parece subscrever sem resto a perspectiva “sistêmica”. Afinal, não hesita em afirmar que a sociedade brasileira – e latino-americana em geral – tenderia irreversivelmente para a realização de uma “sociedade de classes”, aí incluindo as suas transformações democratizantes. No entanto, como já havia assinalado em outro lugar, ele mesmo reconhece que este tipo de análise “permite explicar como tais sociedades tendem (ou poderão tender) a preservar ou alterar um certo padrão estrutural ou organizatório”, mas “não nos diz nada a respeito das diferenças que podem existir entre as diversas sociedades agrupadas em torno de um *tipo padrão* (no caso, o “tipo médio”) (Idem, 1967: 133). Isto posto, conjugando de modo tensionado estes dois aspectos, o “universal” e o “histórico”, o “convergente” e o “divergente”, o Autor assinala:

³ Para uma análise da recepção de Talcott Parsons na obra de Gino Germani, cf. Blanco (2003).

Tende-se a se pensar o desenvolvimento como problema isolado, como se ele dissesse respeito a uma sociedade dada, considerada em um momento histórico particular. No entanto, em termos sociológicos, ele deve ser encarado através de um grupo de sociedades, que compartilhe um mesmo padrão de civilização, e as diferentes possibilidades que este oferece às sociedades que o compartilham para realizar um destino social historicamente comum. (...) *Grosso modo*, poder-se-ia distinguir: 1º) as potencialidades de desenvolvimento inerentes a dado padrão de civilização; 2º) a intensidade e os limites dentro dos quais as mencionadas possibilidades são dinamizadas concretamente, pelas sociedades que pertencem a um tipo social comum e, por conseguinte, compartilham o mesmo padrão de civilização (Idem, 1968: 166).

Dito de outra maneira, o Autor coloca no fulcro de sua estratégia argumentativa a tensão – ou, para usar outro termo, a *polarização* – entre as potencialidades inscritas no “tipo” para o qual tendem as transformações históricas (neste caso, um padrão democrático de organização social) e as tentativas, deliberadas ou não, de “limitar”, “neutralizar” ou “incentivar” a plena realização de tais potencialidades. Num primeiro momento, Fernandes interpreta os limites estruturais à plena realização de uma “sociedade de classes” no Brasil como decorrentes de um processo de “demora cultural”: o horizonte arcaico e estreito dos círculos sociais dominantes “filtraria” ou “selecionaria” os efeitos sociais construtivos da mudança social, impedindo que a “ordem social democrática” pudesse ganhar universalidade e eficácia histórica. Quando da remoção destes obstáculos, seja via educação, planejamento ou pressão inconformista e inovadora das diferentes classes (ou tudo isto em conjunto), os elementos modernos se recombinariam em “sistema”, garantindo a sua sincronia num futuro talvez não muito distante. Nesta direção, a tensão entre “convergência” e “divergência” seria diluída ao longo do tempo em função da primeira.

Posteriormente, sobretudo após a publicação de *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), Fernandes equaciona diferentemente esta tensão ao discriminar dois tipos fundamentais de realização da “sociedade de classes”: um *democrático-burguês*, típico dos países “centrais”, e outro *autocrático-burguês*, típico da “periferia” capitalista. A conjugação “sistêmica” entre capitalismo industrial e democratização das relações sociais não seria, neste caso, universal, mas *específica* de um certo tipo de transformação capitalista “clássico”. Neste sentido, o recurso à história incide diretamente na lógica da explicação sociológica, posto que as revoluções burguesas em atraso não poderiam ser explicadas em termos de “etapas” ou “graus

parciais” de realização dos padrões desenvolvidos – o dado “local” da “periferia”, invariavelmente expresso na arcaicização do moderno e na modernização do arcaico (Idem, 1972: 41), longe de ser mero resíduo, se conjugaria estruturalmente à marcha do capitalismo em expansão. Cumpre ressaltar, entretanto, que Florestan Fernandes não nega a validade de uma visão sistêmica, desde que se faça a devida circunscrição histórica de seu funcionamento e sua reelaboração crítica para as condições “periféricas”. Em seus termos:

Ao adotar uma ótima sociológica semelhante, o sujeito-investigador deixa de operar com a “ordem social competitiva” como se ela fosse o equivalente de um modelo físico-químico, biológico ou matemático, válido da mesma maneira para qualquer subtipo da sociedade de classes. Ao estudar o regime de classes em sociedades nacionais dotadas, ao mesmo tempo, de desenvolvimento capitalista autônomo e de posição hegemônica nas relações capitalistas internacionais, os cientistas puderam operar, tanto descritiva quanto interpretativamente, com uma homogeneização máxima dos fatores propriamente estruturais e dinâmicos da diferenciação social; puderam concentrar a observação, a análise e a interpretação em casos extremos, considerados como “sistema” de uma perspectiva nacional, como se a economia, a sociedade e a cultura, sob o capitalismo, se determinassem apenas a partir de um núcleo interno em expansão (...). Isso não invalida, como muitos supõem, conceitos, métodos e teorias acumulados previamente, pois o regime de classes é mesmo. Essa herança deve ser aproveitada e enriquecida. O que varia é o modo pelo qual o regime de classes “nasce” e se “desenvolve”, com influências dinâmicas externas que afetam tanto a história quanto as estruturas de classes dependentes e subdesenvolvidas (Idem, 1979: 25).

O trecho acima condensa inúmeras questões. A que mais salta à vista, de imediato, é o esforço de Fernandes em “localizar” o suposto “universal” contido nas análises mais influentes sobre o processo de modernização, assinalando as condições sócio-históricas que permitiram aos sociólogos dos países de “capitalismo autônomo” interpretarem a mudança social a partir dos dinamismos internos à sociedade estudada. Os sociólogos dos países “centrais”, acrescenta o Autor, “supuseram que os fatores causais e funcionais da transformação capitalista, tanto ao nível histórico quanto ao nível estrutural, atuam a partir de dentro” e, além disto, “variam, sempre, de um ponto de menor complexidade para outro de maior complexidade quanto ao grau de diferenciação das relações de classe” (Ibidem). A reelaboração proposta por Fernandes a fim de aproveitar criticamente esta perspectiva impõe “uma verdadeira rotação ótica do estudo sociológico do regime de classes” (Ibidem), cujo objetivo é “romper com o resíduo naturalista implícito na idéia de que o regime de classes surge da mesma

maneira, funciona do mesmo modo e produz os mesmos resultados onde quer que ele apareça” (Idem, 1979: 26). Esta rotação ótica, além da impossibilidade de se reduzir os elementos históricos a simples categorias residuais de análise, também implica a necessidade de apanhar um conjunto de forças “externas” que afeta sobremaneira os dinamismos “internos” de uma sociedade “periférica”. Neste caso, os sociólogos que se defrontam com o tipo “heteronômico”, “periférico” e “dependente” de realização do regime de classes

(...) precisam adaptar seus ângulos de observação, de análise e de interpretação à natureza e à variedade das forças que intervêm, concretamente, na configuração e nos dinamismos do regime de classes das nações capitalistas heteronômicas: umas, procedentes das sociedades hegemônicas externas; outras, provenientes das tendências dominantes na evolução das estruturas internacionais de poder, criadas pela interação e acomodação, ao nível mundial, das impulsões imperialistas das nações capitalistas hegemônicas; e outras, por fim, que nascem “a partir de dentro”, das próprias sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas (às vezes “induzidas a partir de fora” mas, com freqüência, parte da evolução interna do capitalismo) e que se voltam na direção do “desenvolvimento capitalista para dentro”. Ou seja, os cientistas sociais perdem parte de seu arbítrio na abstração do *caso nacional* do amplo conjunto de forças, que operam simultaneamente e com potencialidades sócio-dinâmicas ao mesmo tempo tão variadas e contraditórias (Idem, 1979: 26-27).

Em suma, o esforço interpretativo destinado à compreensão das sociedades latino-americanas, dada a sua posição “periférica” e “heteronômica”, requer uma incorporação substantiva não apenas das seqüências históricas particulares mas sobretudo da dinâmica histórica mais ampla do capitalismo mundial no plano da observação e da análise sociológica. Isto redundando na necessidade “de operar, tanto descritiva quanto interpretativamente, com uma heterogeneização máxima dos fatores propriamente estruturais e dinâmicos da diferenciação social” (Idem, 1979: 26). Heterogeneização que, cabe lembrar, não é mera reposição do “dualismo” à la Jacques Lambert, posto que não se trata de constatar a coexistência simultânea de sociedades estanques entre si no interior de um mesmo país: os “tempos desiguais” estão estrutural e dinamicamente vinculados às formas de transformação do capitalismo “difícil” da “periferia”, onde as burguesias teriam mobilizado “as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações” (Idem, 2006: 240-241).

De formas distintas, mas num movimento mais ou menos análogo, as formulações de Gino Germani e Florestan Fernandes salientam a necessidade de se

incorporar de forma constitutiva, e não apenas como uma mera “ilustração”, as especificidades históricas da sociedade latino-americana (e mundial, em certo sentido) à reflexão sociológica da mudança social, da modernização e do desenvolvimento econômico. Tal incorporação, ainda que realizada de maneira mais ou menos tensionada com a perspectiva “sistêmica” que se pretendia “aclimatar” – em Germani sobretudo, mas também em alguma medida na obra de Fernandes –, teria como corolário a redefinição da própria estruturação dos argumentos sociológicos, isto é, uma rearticulação, em novas bases, de seus elementos analíticos e empíricos. Já que a proposta analítica de se conceber a modernização de maneira “sistêmica” perdia chão histórico na “periferia” por formalizar, em nível profundo (posto que “interno” à própria estrutura argumentativa), uma experiência dotada de outros pressupostos sociais, a incorporação do processo “periférico” latino-americano implicava a formulação de novos construtos analíticos. Se a visão “sistêmica” perdia verossimilhança diante de seu “objeto” empírico ao mesmo tempo lépido e vagaroso – o que fazia a promessa de “linearidade” do esquema perder atrito com a realidade –, uma outra proposta conceitual se fazia necessária a fim de apanhar as determinações essenciais da sociedade latino-americana em mudança. As diferentes soluções encaminhadas por Gino Germani e Florestan Fernandes serão apresentadas brevemente a seguir.

VI

Em *Sociología de la modernización* (1969), Gino Germani elabora o “ensaio de um esquema de etapas da modernização na América Latina” (Germani, 1974: 38). Com tal “esquema”, pretende dar conta das especificidades da transição social na região, mas sem subsumi-las diretamente a uma mera derivação das “etapas” dos países “avançados” – muito embora o “modelo ocidental”, como o Autor denomina o processo “clássico” de modernização européia, ainda conserve sua utilidade heurística para fins comparativos. A utilização do termo “etapas” traz, como observa Germani, inúmeros problemas de escala e mensuração. O uso de procedimentos estatísticos, bastante usual na sociologia da modernização – o estudo de Lerner, citado mais acima, fazia abundante uso destes – poderia “descobrir correlações e associações entre processos, porém não podem explicar suas causas, nem a existência, seja dos casos estatisticamente normais, seja dos casos de desvio” (Idem, 1974: 29). Isto é: na caracterização das “etapas”, o problema “relacionado com a definição estatística de “equivalências” é que usualmente se obtém combinando dados de países onde *a transição se verificou em períodos*

históricos diferentes, em condições internacionais bem divergentes” (Ibidem, grifos do Autor).

Posto que as diferentes trajetórias históricas assumidas concretamente pelos processos de modernização podem “negar ou reduzir, em grande medida, a validade de qualquer esquema geral ou universal de sucessão de etapas determinadas” (Ibidem), o caminho analítico escolhido por Germani é outro. Em vez de um esquema geral, o Autor opta por desenvolver esquemas “aplicáveis a um limitado grupo de países, talvez uma região, relativamente homogênea em termos de estrutura cultural e social inicial e das condições históricas a partir das quais ocorreu (ou ocorre) a transição” (Idem, 1974: 30). A análise da América Latina, em que pese sua diversidade interna, atenderia a minimamente estes requisitos. Como se dá, neste passo, a construção do “esquema” germaniano?

Embora tenha dedicado inúmeros trabalhos à interpretação de aspectos parciais ou totais da sociedade argentina, Germani salienta que pretende fazer um “quadro que não pode ser considerado senão como um resumo do sentido comum, altamente condensado, da história social latino-americana” (Idem, 1974: 39). E acrescenta:

Não é necessário dizer que, devido a esta condensação, e ao seu nível de generalização, não representa *nenhum* dos processos históricos específicos que ocorreram (e ocorrem) nos países latino-americanos. As exceções serão regra, mas precisamente ao destacar tais “desvios” talvez se possa empregar como um instrumento de comparação e como um meio capaz de destacar não só as características específicas como as comuns (se as houver), no processo de modernização dos países latino-americanos (Ibidem).

Em outras palavras, o construto formulado por Germani, apesar de relativamente saturado empiricamente em virtude de sua “adequação” à realidade latino-americana, conserva a pretensão de abstração e generalidade, uma vez que não se refere diretamente a nenhum processo particular de modernização da região. Além disto, destaca, analiticamente, três subprocessos decisivos para a análise da modernização: o *desenvolvimento econômico*, a *modernização social* e a *modernização política*. Pelo primeiro termo, entende a “transformação *estrutural* da economia, através da qual os mecanismos funcionalmente exigidos para o “crescimento auto-sustentado” se incorporam permanentemente ao mesmo” (Idem, 1974: 18, grifos do Autor). Tendo em vista o processo econômico latino-americano, diferencia, no entanto, *desenvolvimento econômico* de *expansão econômica*, que pode ser definida como “um processo caracterizado pelo crescimento do PIB *per capita* durante um período relativamente

prolongado, carecendo, porém, de algumas das características estratégicas exigidas para o “crescimento auto-sustentado” (Idem, 1974: 19). Tal distinção se faz relevante na medida em que, apesar do menor dinamismo implicado na mera *expansão econômica* vis-à-vis um processo de “crescimento auto-sustentado”, esta não deixa de impactar no sentido das mudanças:

Isto não quer dizer que a expansão econômica não implique mudanças estruturais. Na realidade, ela é também um processo de mudança estrutural, *mas tal mudança não é suficiente para o desenvolvimento auto-sustentado*. A expansão econômica pode (e assim sucede na maioria dos casos) ocorrer com base na modernização e expansão de alguma produção primária especializada, na sua integração no mercado internacional e na expansão comercial e financeira que a acompanha, com todas suas repercussões na economia e nos seus “efeitos modernizadores” em outros setores da sociedade. A expansão econômica pode, eventualmente, originar-se ou transformar-se em um processo de desenvolvimento econômico propriamente dito (Idem, 1974: 20, grifos do Autor).

O outro subprocesso destacado por Germani, o *desenvolvimento político*, se define por um conjunto de variáveis, incluindo a “organização racional do Estado”, a “capacidade de *originar e absorver* as mudanças estruturais nas esferas econômica, política e social, mantendo, ao mesmo tempo, um mínimo de integração”, e, principalmente, a capacidade de oferecer “algum tipo de participação política de toda ou da grande maioria da população adulta” (Ibidem, grifos do Autor). Em termos ideais, portanto, o processo político em *transição* caminharia para uma forma mais ou menos estável de incorporação da totalidade da população às esferas decisórias. Por fim, a *modernização social* diz respeito sobretudo às transformações operadas na estrutura da sociedade em mudança, como “a “mobilização social” de uma crescente proporção da população”, a “urbanização”, o surgimento de “mudanças no sistema de estratificação (primeiramente, redução dos estratos intermediários tradicionais, depois, uma expansão dos estratos médios modernos)” (Idem, 1974: 21), etc.

De acordo com o Autor, estes subprocessos, no decorrer da modernização, se inter-relacionam reciprocamente, ou seja, “um afeta o outro e estes efeitos recíprocos determinarão a orientação e o ritmo da transição total; assim mesmo, poderão produzir efeitos inibitórios ou dinamizadores sobre qualquer um dos processos componentes” (Idem, 1974: 23). Não obstante afirmar que haja graus “mínimos” de inter-relação para a transição possa ocorrer, Germani se limita a indicar que os tipos e as formas de interação entre os subprocessos “variam segundo as circunstâncias históricas onde

ocorre a transição de cada nação” (Ibidem). E, conforme visto mais acima, estas circunstâncias se referem tanto “às condições *internas* da sociedade em transição, como também às suas condições *externas*, especialmente em sua relação com outras sociedades” (Ibidem, grifos do Autor). Serão exatamente estas condições “externas” que definirão a caracterização das diferentes “etapas” da modernização latino-americana. Vejamos com mais atenção de que maneira Gino Germani esclarece este procedimento:

Atribuir características *amplas* similares a todos os países, aproximadamente em um mesmo momento cronológico, deixa sérias dúvidas (...). A resposta a este absurdo aparente põe em relevo a importância dinâmica dos fatores *exógenos*, sobre os quais fundamenta a periodização. Tais fatores geram em cada país – sem se levar em conta o grau de modernização que cada um alcança neste momento – uma série de processos essencialmente similares. O caráter comum e a relativa simultaneidade deste impacto externo é, precisamente, o que contribui de maneira poderosa para conferir a cada etapa amplas características similares ou equivalentes. Não é necessário dizer que as semelhanças não excluem diferenças. Também é certo que determinadas configurações estruturais, que emergem em uma dada etapa em cada nação, são o produto de fatores tanto *exógenos* como *endógenos* (Idem, 1974: 40).

Feitos estes esclarecimentos iniciais, passemos agora à reconstrução das “etapas” elaboradas por Germani a fim de descrever o processo latino-americano. Posto que ele pouco se detém nas duas primeiras “etapas”, a saber, “sociedade tradicional” e “começo da dissolução da sociedade tradicional” – periodizadas, respectivamente, pelo início da colonização e pelas revoluções francesa e americana –, nos deteremos na terceira e na quarta “etapa”: “sociedade dual e ”expansão para fora”” e “mobilização social de massas”. A terceira “etapa” se estenderia desde as inovações da revolução industrial nos países “centrais” até a inserção das economias “periféricas” da região ao mercado mundial; a quarta se iniciaria com a grande depressão de 1930 e os impactos da segunda guerra mundial, que acarretaram um significativo impulso industrializante na América Latina.

No que tange à terceira “etapa”, sua característica marcante seria a seguinte: “”expansão econômica” fundamentada na economia de exportação primária e, por conseguinte, estímulo aos efeitos “limitados” de modernização, nas ordens social e política” (Idem, 1974: 41). Embora tal “expansão” não tenha se manifestado no sentido de um “crescimento auto-sustentado”, gerou impactos estruturais que variaram em razão do “tipo de economia de exportação primária” (e do seu grau de sucesso relativo) e da “existência de elites modernizadoras internas” (Ibidem). Assim, enquanto que em

determinadas economias mineiras ou em certas *plantations* os elementos modernizados “representavam realmente “enclaves” dependentes do estrangeiro e relativamente isoladas da economia nacional”, já em outros países “a economia de exportação primária exigia, ou pelo menos induzia indiretamente, a participação de grandes setores da população a níveis ocupacionais baixos e intermediários”, estimulando “uma expansão do mercado interno e/ou algum outro efeito de “dispersão”, assim como outros processos de modernização social, a um ritmo acelerado e com anterioridade ao nível “correspondente” ou “equivalente” na ordem econômica” (Idem, 1974: 42).

Na perspectiva de Gino Germani, em tais países onde a *modernização social* avançou, em termos relativos, mais que o *desenvolvimento econômico*, dado o caráter de uma economia “voltada para fora”, gerou-se uma série de efeitos “paradoxais” no sentido da transição total. Nos termos do Autor:

Alguns dos paradoxos relacionados com os países latino-americanos derivam deste fato, já que, precisamente onde os “efeitos modernizadores” pareciam mais fortes e difundidos, a estagnação e o atraso tenderam a travar o progresso para etapas ulteriores depois de haver alcançado um grau de modernização bastante avançado, freqüentemente em ritmo acelerado (Idem, 1974: 49).

Esta “resistência” ao avanço do processo não seria, contudo, resultado apenas da persistência de traços tradicionais ou arcaicos, mas sobretudo dos inesperados “efeitos estabilizadores” da própria modernização. Assim, em dadas configurações estruturais, como no caso da América Latina, a expansão dos elementos modernos não apresentaria um dinamismo capaz de redesenhar a totalidade da vida social, podendo “paradoxalmente” inclusive obstaculizar alguns componentes do processo de modernização. Nos termos de Germani, “mesmo quando foram conspícuos e difundidos, os “efeitos modernizadores” *não conseguiram incorporar os mecanismos apropriados e suficientes para a “mudança auto-sustentada” na ordem social, econômica e política*” (Idem, 1974: 48, grifos do Autor), ou seja, operou-se “um tipo de mudança social capaz de se realizar sem profundas rupturas do sistema social, ainda que o modificando” (Ibidem). Um dos exemplos destacados pelo Autor é a integração social e política das classes médias e populares à vida urbana e industrial (efetuadas respectivamente na terceira e na quarta “etapa”), levada a cabo sem as mudanças “equivalentes” na esfera econômica. Em relação aos estratos médios, assinala:

(...) pode-se observar que estes grupos se expandiram na América Latina além do tamanho esperado, tomando-se como base o nível de desenvolvimento econômico e outros aspectos da modernização social

(esta comparação se faz tomando como critério a experiência ocidental). Embora o aparecimento dos estratos médios tivesse sido habitualmente considerado como um fator favorável para a modernização, na atualidade se reconhece que, uma vez que tais setores alcançam certo grau de participação social e política, diminuem consideravelmente em sua propensão reformista na medida em que vão sendo mais absorvidos pelo sistema (Idem, 1974: 50).

Em relação à integração das classes populares à vida urbana e à participação política, variados fatores também contribuíram para a diminuição de suas propensões reformistas ou revolucionárias. Dado o caráter abrupto e vertiginoso da urbanização e da industrialização na região, impulsionadas pelas crises “externas” advindas da segunda guerra mundial, a formação das classes populares se associou fortemente aos movimentos de migração massiva do campo à cidade, marcando o seu caráter relativamente “recente” e os baixos níveis das aspirações sócio-econômicas de seus membros. Nesta direção, em vez de “originar novas forças políticas freqüentemente ameaçadoras para o *status quo* social e político”, tais “setores urbanos se satisfazem facilmente com reformas parciais que implicam melhorias modestas não só em relação ao seu padrão de vida, como também em relação ao nível de participação política ou sindical” (Idem, 1974: 51-52). Em outras palavras, “mesmo quando ainda o imigrante urbano tem menos possibilidades de mobilidade que as pessoas nascidas na cidade, qualquer oportunidade a seu alcance será sempre superior às possibilidades que poderia ter no seu lugar de origem” (Idem, 1974: 52), diminuindo as impulsões de contestação à ordem vigente. Isto posto, o êxito de lideranças autoritárias como Perón ou Vargas não se deveria apenas à “necessidade de uma liderança carismática” (Idem, 1974: 134), mas sobretudo à eleição, por parte destes trabalhadores recém-modernizados, de uma alternativa “mais realista no sentido de obter uma reforma mais moderada, de acordo com o sistema social existente que, basicamente, aceitavam” (Ibidem). Assim, pondera Gino Germani, no momento em que os esforços para a consecução de um processo “auto-sustentado” de mudança social nos três níveis destacados – econômico, político e social – deveriam ser mais fortes, as energias transformadoras dos setores potencialmente inovadores (as classes médias e populares) acabaram sendo absorvidas pelo sistema, contribuindo para a reprodução das desigualdades da ordem social vigente:

A razão pela qual estes mecanismos estabilizadores podem converter-se em obstáculos para mudanças ulteriores reside no fato de que, no nível de modernização alcançado pela América Latina, não é provável

que certas reformas significativas sejam aceitas pelos grupos hegemônicos da sociedade nacional (e do estrangeiro), sem que se exerça uma pressão poderosa e decidida por parte daqueles que menos se beneficiam do *status quo* e que mais tenderiam a ganhar com tais reformas. Mas se estes grupos, potencialmente interessados em tais reformas, acabam absorvidos e canalizados por reformas setoriais mínimas, a possibilidade de transformações mais significativas se vê muito reduzida, pelo menos temporariamente. (...) Uma determinada seqüência dentro dos processos componentes está retardando toda a transição (Idem, 1974: 52-53).

VII

A partir de outro esquema analítico, Florestan Fernandes também buscará interpretar a marcha recalcitrante do moderno na América Latina. Especialmente após a publicação de *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), o Autor alarga o escopo dos seus argumentos a fim de desenvolver generalizações válidas não apenas para a sociedade brasileira, mas igualmente para a América Latina – e, no limite, inclusive para as demais regiões da “periferia” do capitalismo. Em vez de formalizar, à maneira de Gino Germani, um esquema relativamente abstrato e idealmente válido para todas as sociedades do subcontinente, Fernandes toma a própria experiência brasileira de “revolução burguesa em atraso” como base para a sua conceituação do “capitalismo dependente” e de suas conseqüências para o sentido da mudança social. Situando a sua empresa no âmbito da “sociologia diferencial”, a escolha do caso brasileiro teria a vantagem estratégica de permitir “levar em consideração (...), na caracterização do regime de classe no *mundo subdesenvolvido*, tanto os aspectos mais arcaicos quanto os mais modernos de estratificação social condicionada pelo capitalismo dependente” (Fernandes, 1968: 62-63, grifos do Autor). Assim, longe de ser um tipo “médio”, a revolução burguesa no Brasil seria um tipo “extremo” de realização da sociedade de classes em condições “periféricas”, com as vantagens heurísticas daí decorrentes no sentido de se captar as polarizações mais significativas do processo. Não por acaso, Fernandes assinala que “o presente do Brasil contém o futuro de outros países” em situação histórico-estrutural análoga, isto é “que pertençam à periferia do capitalismo mundial e não possam encaminhar-se diretamente para o socialismo” (Idem, 2006: 259).

Partindo da indagação a respeito dos motivos que teriam levado à incapacidade do regime de classe em corrigir automaticamente as distorções geradas pelo subdesenvolvimento nas regiões “periféricas”, isto é, sua debilidade crônica em realizar um arranjo “sistêmico” dos elementos modernos, Fernandes aponta o peso decisivo da

“dupla polarização” a que estariam sujeitas as economias “dependentes”. Enquanto que as economias de capitalismo “autônomo” se polarizam na direção de uma diferenciação contínua e auto-sustentada dos mecanismos de acumulação e de geração de excedentes, as economias “dependentes” se encontram destinadas a repartir os seus excedentes tanto para o mercado interno quanto para as economias “avançadas” – daí a “dupla polarização”. Caracterizando uma realidade específica, a “dupla polarização” marcaria estruturalmente as sociedades de “capitalismo dependente”, não sendo possível subsumi-las a uma mera “etapa” de um processo inexorável rumo às sociedades de “capitalismo avançado”. De acordo com o Autor, considerar a “capitalismo dependente” como um “estágio” transitório da evolução normal do capitalismo

(...) falseia a realidade em um ponto fundamental. Na medida em que a estrutura e o destino histórico de sociedades deste tipo se vinculam a um capitalismo dependente, elas encarnam uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado duplamente polarizada, destituída de auto-suficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada. Em outras palavras, a semelhança com o modelo original começa e termina naquilo que se poderia designar como a organização formal do sistema econômico. Nos planos da estrutura, funcionamento e diferenciação do sistema econômico, a dupla polarização do mercado suscita uma realidade histórica nova e inconfundível. Trata-se de uma economia de mercado constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, no nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (Idem, 1968: 36-37).

A realidade histórica de uma sociedade de economia “duplamente polarizada”, apesar de propiciar as condições para o desenvolvimento do mercado interno e a concomitante expansão e diferenciação (até certo limite) de uma “ordem social competitiva”, minimizaria, por outro lado, as funções sociais construtivas do crescimento econômico. Fernandes chega a assinalar um “estilo de “revolução burguesa” típico dos países de economia capitalista subdesenvolvida (Idem, 1968: 143), caracterizado pela ausência de “condições sócio-econômicas para desencadear um fluxo de riquezas suscetível de saturar e conferir realidade histórica plena (Idem, 1968: 142-143) aos padrões de organização econômica “avançada”. A absorção externa de grande parte do excedente econômico gerado pelas economias dependentes – dada a “dupla

polarização” – teria como corolário uma completa *inversão* do processo “normal” de formação do capitalismo. Nos termos do Autor:

O exemplo inglês evidencia que a apropriação colonial foi um dos fatores básicos da chamada acumulação originária de capital, ou, como se diria hoje, do desencadeamento e aceleração do “arranco econômico”. O exemplo quase total do “mundo subdesenvolvido” revela que os países a ele pertencentes se vêem compelidos a realizar a *revolução capitalista* sob o impacto da perda constante (e por vezes crescente) de parte substancial do próprio excedente econômico, dinamizada além do mais como fator de intensificação da heteronomia econômica. Em um extremo, temos uma economia de mercado capitalista que cresce com o excedente econômico transferido ou pilhado em economias coloniais. No outro, deparamos com uma economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente (Idem, 1968: 37, grifos do Autor).

Isto posto, as debilidades da “sociedade de classes” num contexto de economia subdesenvolvida, assim como a estreiteza do horizonte de ação de seus círculos sociais dominantes, estariam associadas de maneira estreita à dinâmica mais ampla de uma incorporação subordinada ao capitalismo mundial. Como explicita Florestan Fernandes, “o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um *capitalismo difícil*, o qual deixa poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amas-secas” (Idem, 2006: 251: grifos do Autor). Assim, “a redução do campo de atuação histórica da burguesia” (Ibidem) não reflete um simples erro de perspectiva de mentalidades supostamente “tradicionalistas”, mas “exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe” (Ibidem). Isto é: o agente histórico burguês na periferia se vê na contingência de incorporar o capitalismo a partir de condições muito adversas, uma vez que parte considerável do excedente econômico por ele gerado é apropriado por instâncias que escapam ao seu controle.

Estas características do capitalismo dependente seriam prenes de conseqüências para a conformação da ordem social que lhe é peculiar. Um exemplo claro é a persistência de estruturas sócio-econômicas arcaicas. Nas palavras de Fernandes, posto que “as sociedades capitalistas subdesenvolvidas não contaram com um acumulação originária suficientemente forte para sustentar um desenvolvimento econômico auto-suficiente, de longa duração” (Idem, 1968: 44), o impulso de diferenciação capitalista “não concorreu para destruir estruturas econômicas e sociais

arcaicas” (Idem, 1968: 45). Ao contrário do que teria ocorrido na experiência histórica dos Estados Unidos, onde a autonomização encetou “a neutralização e a superação definitiva das estruturas coloniais pela ordem social competitiva emergente” (Idem, 1968: 34), no Brasil, por sua vez, a liquidação do sistema colonial não provocou o colapso das “antigas estruturas econômicas coloniais; ao contrário, as exigências do mercado mundial e da comercialização das matérias-primas em larga escala exigiam a sua persistência, como garantia ao aumento contínuo da oferta e dos grandes lucros dos importadores europeus” (Idem, 1968: 46). Em consequência, como observa o Autor, as “estruturas econômicas e sociais, constituídas sob a égide do sistema colonial, permaneceram mais ou menos intactas, ao lado de novas estruturas sociais e econômicas, criadas sob o impulso da expansão urbana e da implementação do setor capitalista correspondente” (Ibidem).

Também no mercado de trabalho a “dupla polarização” da economia dependente teria produzido repercussões estruturais. Em virtude da recomposição das estruturas arcaicas e coloniais, “a mercantilização do trabalho não se desenvolveu senão lentamente e precariamente; quando se universalizou, porém, não incentivou o pleno funcionamento de um mercado especial, integrado em escala regional ou nacional” (Idem, 1968: 49). Além disto, tal mercado “se constituiu de modo tão lento e heterogêneo que em muitas esferas a mercantilização do trabalho continuou a processar-se através de critérios de economias naturais e de troca em espécie” (Ibidem). Assim, acrescenta o Autor, “o mercado de trabalho não se estrutura para preencher a função de incluir todos os vendedores reais ou potenciais de força de trabalho” (Ibidem), concorrendo para uma mobilização apenas parcial e moderada do “fator humano”, o que seria muito pouco “para a constituição de uma massa de consumidores de efetivo poder aquisitivo e quase nada para a introdução de tendências mais equitativas de distribuição de renda” (Idem, 1968: 49).

Em decorrência dos fatores enumerados acima, Florestan Fernandes indica que, no âmbito do “capitalismo dependente”, o poder potencialmente expansivo das forças de produção se vê permanentemente inibido, já que a “parte realmente autônoma do processo de acumulação capitalista (representando-se através dela o montante de capitais nacionais) acaba sendo insuficiente para expandir as forças produtivas além das formas de organização da produção existentes” (Idem, 1968: 50). Uma vez que o espaço possível de acumulação estaria confinado a um “circuito fechado”, os agentes

econômicos, a fim de garantir sua sobrevivência, vêm-se na necessidade de aproveitar todas as oportunidades estrutural e historicamente abertas por este “capitalismo difícil”:

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento de modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso (...). Por isso, não era apenas a hegemonia oligárquica que diminuía o ímpeto inovador da dominação burguesa. A própria burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora (Idem, 2006: 240-241).

Em suma, Fernandes desenha o campo de atuação histórica de uma burguesia sem “utopia”, isto é, sem força para unificar o tecido social em torno dos princípios de uma ordem social competitiva, aberta e democrática – o “moderno” não conseguiria se articular “sistemicamente”. Neste passo, “no contexto histórico-social do capitalismo dependente” (Idem, 1968: 82), acrescenta o Autor, “o regime de classes preenche apenas algumas de suas funções essenciais e, assim mesmo, de maneira variavelmente unilateral” (Ibidem). Em vez de se associar estrutural e dinamicamente à democratização das relações sociais, “pessoas e grupos de pessoas, em posições estratégicas, adquirem possibilidades únicas de concentrarem ainda mais em suas mãos uma renda, um prestígio social e um poder já exageradamente concentrado” (Ibidem). Em outras palavras, “o regime de classes vincula-se (...) a um aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas, preservando distâncias e barreiras sociais antigas, nas relações entre estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente outras novas” (Ibidem). Isto significa “que o rateio do excedente econômico projeta-se numa esfera em que fica protegido do poder de pressão e de conflito das demais classes sociais, como se devesse ser decidido através de critérios estamentais” (Idem, 1968: 94-95), e não a partir da livre competição. Este amálgama singular entre uma “sociedade de classes” e a persistência estrutural de orientações estamentais seria marcante de uma ordem social capitalista “autocrática”, típica da “periferia” capitalista subdesenvolvida:

As classes altas passam a resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se tornar conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar a classes com interesses econômicos

divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, como conexão histórico-social do capitalismo dependente, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida (Idem, 1968: 83).

VIII

As rápidas reconstruções dos argumentos de Gino Germani e de Florestan Fernandes esboçadas neste paper não pretendem nem esgotar os problemas teóricos e metodológicos por ele levantados, tampouco sugerir um caráter estável e não-problemático ao sentido de suas idéias. Do mesmo modo, a ênfase posta nestes dois autores, não obstante sua centralidade no debate latino-americano, não nega a importância de outros sociólogos para a compreensão deste processo mais amplo de “aclimatação” da sociologia da modernização praticada nos países “centrais”. Neste sentido, a pesquisa ainda em andamento buscará, através da utilização dos materiais documentais disponíveis, uma reconstrução *concreta* da “acumulação intelectual” propiciada pelo adensamento da interlocução entre os sociólogos da região, isto é, pelo constante reajuste recíproco de suas referências cognitivas em torno das especificidades da marcha do moderno na América Latina. Além disto, a escolha de dois autores para a compreensão da “aclimatação” da sociologia da modernização tenciona assinalar, através da comparação, as suas diferentes soluções teóricas e metodológicas, evitando, assim, definir um sentido unívoco ou linear ao processo em questão

Retomando a hipótese enunciada mais acima, sugerimos que, ao tentarem “desprovincianizar” o debate sociológico local através de um ajuste de contas crítico com as sociologias mais prestigiadas de seu tempo, os sociólogos latino-americanos terminaram por chegar a resultados teóricos divergentes. A “aclimatação” intelectual da sociologia da modernização, levada a cabo pela incorporação das componentes históricas específicas à América Latina, logrou colocar em perspectiva e, à sua maneira, “desprovincianizou” o próprio “universal” contido na tese de que a modernização se opera de maneira “sistêmica”, ressaltando que a conjugação funcional entre urbanização, industrialização e democratização das relações sociais, longe de ser aplicável a todos os processos de mudança social, formalizava, a rigor, a experiência histórica dos países “centrais”. Adaptando uma questão formulada para outro contexto problemático, a resposta à pergunta “por que não pode ser latino-americana a forma da

sociedade moderna européia e norte-americana?” envolve a necessidade de se rediscutir as relações entre *forma* e *processo social*. Se a modernização em chave explicativa “sistêmica” girava em falso diante dos arcaísmos de todo tipo que se reatualizavam no bojo da própria expansão do moderno na “periferia”, mudanças decisivas teriam de ser operadas na conjugação entre os elementos analíticos e empíricos (a *forma* da teoria sociológica) a fim de garantir verossimilhança e poder explicativo. Em suma, a análise da incorporação das componentes históricas próprias à América Latina na *forma* do raciocínio sociológico permite-nos discutir a perene relação entre *texto* e *contexto* – entre *teoria* e *história* – não de um ponto de vista “externo”, mas “interno” à própria ordenação conceitual.

Através da reconstrução aqui proposta, espera-se também jogar uma nova luz aos dilemas e impasses da teoria sociológica latino-americana na contemporaneidade. Embora uma visão retrospectiva possa salientar os limites do debate sociológico dos anos 1950-1970 frente aos novos desafios, a análise de uma experiência, *grosso modo*, bem-sucedida de “acumulação” e “aclimatação” intelectual é fundamental para trazer novos elementos explicativos que permitam avançar na contramão da fragmentação teórico-cognitiva das últimas décadas. Se o refluxo teórico na sociologia parece ser um fenômeno mundial, a despeito das importantes sínteses dos anos 1970-80 na sociologia européia e norte-americana, na “periferia” este refluxo tem se mostrado com ainda mais força (Domingues, 2007). Mais uma vez, o movimento é desigual mas combinado.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, M. A. N. A Sociologia Acadêmica no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista. In: Miceli, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Vértice, 1995, v. 2.

ARANTES, P. E. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo: Edusp, 1996.

BLANCO, A. *Política, modernización y desarrollo: una revisión de la recepción de Talcott Parsons en la obra de Gino Germani*. Estudios Sociológicos del Colegio de México, vol. XXI, nº 63, 2003.

_____. *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

DOMINGUES, J. M. *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERNANDES, F. Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento. In: Anais do Seminário Internacional “Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”. Rio de Janeiro: CLAPCS, 1960 (publicação nº. 10).

_____. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Editora Nacional, 1967. (publicado originalmente em 1959)

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 (2ª ed.). (publicado originalmente em 1973)

_____. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006. (publicado originalmente em 1975)

GERMANI, G. *Sociologia da modernização*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1974. (publicado originalmente em 1969).

LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1976, 9º ed. (publicado originalmente em 1959).

LERNER, D. *The passing of traditional society: modernizing the Middle East*. New York: The Free Press, 1958.